



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

## CONTRATO N.º 24/2021

### 1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÂMBULO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MALHADOR/SE, com sede na Praça 25 de novembro, 133, Centro, em Malhador, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o N.º 11.216.362/0001-30, neste ato representado pela Sr.ª **LUANNA COSTA DOS SANTOS**, brasileira, portadora do CPF n.º 048.559.085-92 e RG n.º 3.354.810-2 – SSP/SE, residente e domiciliada na Rua Leopoldo Reis, 41, Centro, Malhador/SE, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e a **Empresa EQUIPE DE APOIO SINDETTAS LTDA ME**, sediada a Rua Coronel Sebrão n.º263 Centro Itabaiana/SE inscrita no CNPJ sob o n.º 05.363.885/0001-07, aqui representada por **ROSEMARY DE JESUS SANTANA**, CPF.000.333.205-51, C.I 1.220.063 SSP/SE, doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam entre si as cláusulas à seguir:

#### 1.1. FUNDAMENTO LEGAL DA ADJUDICAÇÃO:

1.1. Este contrato decorre da **Dispensa Emergencial de Licitação n.º 018/2021, nos termos do art. 24, IV da Lei 8.666/93**, ratificada em 03 de maio de 2021 em conformidade com o que consta no procedimento emergencial em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e às normas da Lei n.º. 8.666, de 21/06/1993, inclusive quanto aos casos omissos, vinculando-se também, a proposta vencedora, bem como o Projeto Básico que também é parte integrante da presente avença.

### CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO CONTRATO

2.1. **Contratação de empresa na Prestação de Serviços com mão de obra de Apoio uniformizada para a Organização e Apoio Logístico na Execução das medidas preventivas no combate ao Covid-19 nos mercados municipais nas realizações das feiras do município de Malhador/SE, tendo em vista medida de emergência de Saúde Pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), conforme especificações do Projeto Básico.**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

#### 3.1 – DA CONTRATANTE

3.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

3.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos

*RJ Santana*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

3.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato;

3.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

3.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

3.1.8. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução do contrato;

3.1.9. Notificar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função de execução do contrato;

3.1.10. Providenciar as inspeções dos fornecimentos, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO;

3.1.11. Efetuar os pagamentos devidos ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO, na forma estabelecida no contrato.

3.1.12. Atestar os serviços efetivamente prestados de acordo com as cláusulas constantes no contrato.

3.1.13. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.1.14. Eventuais ajustes no calendário serão devidamente comunicados com antecedência de até 48h, por e-mail, com informações como: nome do evento, data, horário de entrega e responsável no evento com número de telefone.

3.1.15. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

3.1.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas do Projeto e em sua proposta;

3.2.2. Reparar, corrigir, ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, salvo quando for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte da Contratante;

3.2.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

3.2.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

3.2.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

3.2.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

3.2.7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

3.2.8. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

3.2.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.2.13. Assumir a responsabilidade pela montagem, desmontagem, manutenção e operacionalização dos serviços.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

---

- 3.2.14. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 72 horas após o término do serviço.
- 3.2.15. Todo o equipamento fornecido deverá estar em bom estado de funcionamento e conservação, caso contrário deverá ser substituído imediatamente.
- 3.2.16. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, (caso ocorrer);
- 3.2.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 4.1. O prazo de vigência do contrato administrativo **será de até 06 (seis) meses**, contado da assinatura, observada a duração do período de enfrentamento a pandemia.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇOS, PAGAMENTOS E ALETRAÇÃO**

- 5.1. O objeto será Prestado pelo valor global de **R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)** para um período de até 06 (seis) meses;

Parágrafo Único - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

- 5.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contratado estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

- 5.3. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, creditado em favor da Licitante vencedora, após o fornecimento do objeto, e mediante a apresentação da Nota Fiscal e liberação da mesma pelo Setor competente, mediante Ordem Bancária na conta Bancária informada pela Contratada.

- 5.4. O preço fixo e sem reajuste.

- 5.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

- 5.6. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

- 5.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



## CLAÚSULA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos do contratante, no orçamento de 2021:

**10.122.0007.2074 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS**  
**3390.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**  
**1214 – RECURSO FEDERAL**

## CLAÚSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do Contrato, será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores representantes da CONTRATANTE, especialmente designados pela Secretaria ou departamento Solicitante.

7.2. Estando o objeto licitados em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

## CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.1.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.1.2. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor dos produtos faltantes, no caso de atraso na entrega;

8.1.3. Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa da contratada;

8.1.4. Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho;

8.1.5. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor do contrato, por descumprimento de outras obrigações previstas neste edital e seus anexos.

8.1.6. A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá ser descontada dos pagamentos devidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Malhador/SE, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente;

8.1.7. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

---

acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.1.8. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.1.9. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até cinco anos;

8.1.9.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa prevista no Projeto Básico.

8.1.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

8.2. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.

8.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

---

Código Civil.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Imprensa Oficial da União, Estado e Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado do Cadastro de Fornecedores, por igual período sem prejuízo das multas previstas neste documento e nas demais cominações legais.

### **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO**

9.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão prevista nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – FORO**

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Malhador/SE para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

10.4. E por estarem assim ajustados e contratados, firmam as partes o presente Contrato em duas vias de iguais formas e teor, que vão assinadas pelas partes.

Malhador/SE, 03 de maio de 2021.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

---

*Luanna Costa dos Santos*  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MALHADOR/SE  
. LUANNA COSTA DOS SANTOS  
CONTRATANTE

*Rosemary de Jesus Santana*  
EQUIPE DE APOIO SINDETTAS LTDA ME  
ROSEMARY DE JESUS SANTANA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

*Flávia de Jesus Santana 019.287.215-08*  
*Flávio Teles de Lencina CPF 958.223.275.34*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

ANEXO I

Descrição	Efetivo p/dia	Períodos	Preço Unitário p/homem	Valor Total p/dia	Valor Global
Prestação de Serviços com mão de obra de Apoio uniformizada para a Organização e Apoio Logístico na Execução das medidas preventivas no combate ao Covid-19 nos mercados municipais nas realizações das feiras do município	08 homens	03/05/2021 até 25/10/2021  Totalizando 26 dias  03,10,17,24 e 31/maio  07,14,21 e 28/junho  05,12,19 e 26 de julho  02,09,16,23 e 30 de agosto  06,13,20 e 27/setembro  04,11,18 e 25 de outubro.	R\$ 250,00	R\$ 2.000,00	R\$ 52.000,00



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

---

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2021  
DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2021.**

**CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MALHADOR/SE**, com sede na Praça 25 de novembro, 133, Centro, em Malhador, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o Nº 11.216.362/0001-30, neste ato representado pela Sr<sup>a</sup>. **LUANNA COSTA DOS SANTOS**, brasileira, portadora do CPF nº 048.559.085-92 e RG nº 3.354.810-2 – SSP/SE, residente e domiciliada na Rua Leopoldo Reis, 41, Centro, Malhador/SE, neste ato denominado **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA: EQUIPE DE APOIO SINDETTAS LTDA ME**, sediada a Rua Coronel Sebrão nº263 Centro Itabaiana/SE inscrita no CNPJ sob o n.º 05.363.885/0001-07,

**OBJETO:** Contratação de empresa na Prestação de Serviços com mão de obra de Apoio uniformizada para a Organização e Apoio Logístico na Execução das medidas preventivas no combate ao Covid-19 nos mercados municipais nas realizações das feiras do município de Malhador/SE, tendo em vista medida de emergência de Saúde Pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), conforme especificações contidas neste documento

**VALOR:** R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

**PRAZO:** até 06 (seis) meses.

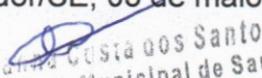
**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**10.122.0007.2074 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS**

**3390.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**

**1214 – RECURSO FEDERAL**

Malhador/SE, 03 de maio de 2021.

  
Luanna Costa dos Santos  
Secretaria Municipal de Saúde  
**LUANNA COSTA DOS SANTOS**  
Fundo Municipal de Saúde de Malhador/SE  
Gestora



FUNDO MUN. DE SAUDE DE MALHADOR  
PRAÇA 25 DE NOVEMBRO, 133, CENTRO  
CEP: 49.570-000  
CNPJ: 11.216.362/0001-30

## NOTA DE EMPENHO - Nº 5030004/2021

03/05/2021

## FORNECEDOR

NOME: EQUIPE DE APOIO SINDETTAS LTDA  
ENDEREÇO: RUA CORONEL SEBRAO 263 Nº: BAIRO: CENTRO  
CIDADE: ARACAJU ESTADO: SE COMPLEMENTO:  
CNPJ/CPF: 05363885000107 INSC. MUNICIPAL:  
CONTA: ESTADUAL:

## CLASSIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 901 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNÇÃO: 10 - SAÚDE  
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL  
PROGRAMA: 7 - PROMOÇÃO DA SAÚDE HUMANIZADA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2074 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO  
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
FONTE: 12149919 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e  
SUBELEMENTO DE DESPESA: 05 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

## EMPENHO

TIPO	NATUREZA DE CRÉDITO	CATEGORIA	SALDO ANTERIOR	Valor do Empenho	SALDO ATUAL
GLOBAL	ORÇAMENTÁRIO	COMUM	53.165,00	R\$ 52.000,00	1.165,00

## LICITAÇÃO

## OBRA

18/2021 - LICITAÇÃO/DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DA PRÓPRIA UG  
TIPO MOD.: 4 - DISPENSA DE LICITACAO, B. LEGAL: 04 -  
DISPENSAVEL, ART. 24, INCISO IV, LEI 8.666/93

## CONTRATO

## CONVÊNIO

## HISTÓRICO

REFERENTE A CONTRATACAO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MAO DE OBRA DE APOIO UNIFORMIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO E APOIO LOGISTICO NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS NO COMBATE AO COVID NOS MERCADOS MUNICIPAIS NAS REALIZAÇÕES DAS FEIRAS DO MUNICIPIO DE MALHADOR/SE, TENDO EM VISTA MEDIDA DE EMERGENCIA DE SAÚDE PÚBLICA PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO AVENÇA.

CONTRATO 24/2021

DISPENSA 18/2021

VIGENCIAS DE 6 MESES DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRESTACAO DE SERVIÇO COM MAO DE OBRA E APOIO UNIFORMIZADE	26,000	DI	2.000,0000	52.000,00
<b>TOTAL:</b>					<b>52.000,00</b>

Autorizado

Data : 03/05/2021

04855908592 - LUANNA COSTA DOS SANTOS

SECRETARIO DE SAÚDE

Empenhado

Data : 03/05/2021

ELTON JOHN ANDRADE DOS SANTOS

Encarregado